


“O trabalho da mulher é barato pela grande abundância que existe”: intelectuais e professoras na labuta cotidiana de seus ofícios (Rio de Janeiro, século XIX)

“Women’s work is cheap due to the great abundance that exists”: intellectuals and teachers in the daily toil of their offices (Rio de Janeiro, XIX century)

Cristiane de Paula Ribeiro

 <https://orcid.org/0000-0002-5177-2807>
Universidade Estadual de Campinas

Resumo: No Brasil, na segunda metade do século XIX, cada vez mais, surgiam alternativas possíveis para um novo ordenamento social para sujeitos subordinados, sendo as mulheres um exemplo. A partir de suas experiências relacionadas ao gênero, aquelas instruídas buscaram reivindicar direitos igualitários na educação, inserção e melhores condições nos mundos do trabalho e no universo profissional. Por conseguinte, este artigo analisará o universo do trabalho intelectual feminino, principalmente de professoras, jornalistas e escritoras, almejando com isso identificar as principais dificuldades, assim como as estratégias e negociações que foram utilizadas para os seus trânsitos diários pelas ruas do Rio de Janeiro. O recorte temporal delimita-se na segunda metade do XIX e as fontes utilizadas foram o *Tratado sobre emancipação política da mulher e direito de votar*, a imprensa periódica e os manuscritos da Instrução Pública do Império. Os resultados comprovam que as condições coercitivas de gênero a que estiveram impostas impossibilitou-lhes o trânsito e o acesso profissional no universo intelectual.

Palavras-chave: Mulheres. Trabalho Intelectual. Jornalistas. Século XIX.

Abstract: In Brazil, in the second half of the nineteenth century, it was a context in which, more and more, possible alternatives to a new social order for subordinated subjects appeared, being women an example. From their experiences related to gender, those instructed sought to claim equal rights in education, insertion and better conditions in the worlds of work and in the professional universe. Therefore, this article will analyze the universe of female intellectual work, mainly of teachers, journalists and writers, aiming at identifying the main difficulties, as well as the strategies and negotiations that were used for their daily transits through the streets of Rio de Janeiro. The temporal cutout is delimited in the second half of the XIX and the sources used were the *Tratado sobre a emancipação política da mulher e direito de votar*, the periodical press and the manuscripts of the Public Instruction of the Empire. The results prove that the coercive conditions of gender to which they were imposed prevented them the professional transit in the intellectual universe.

Keywords: Women. Intellectual Work. Journalists. 19th century.

Introdução

Os caprichos dos homens têm feito das mulheres plantas de estufa; metade do gênero inválido; ouvimos gritos e choros todos os dias sobre o mal pagamento da mulher, da vida inferior, não ganha a terça parte que o



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

homem ganha no mais miserável ofício. (SANTOS, 2022, p. 51).

Anna Rosa Termacsics dos Santos, uma professora e escritora oitocentista, teve seu nome por muito tempo esquecido na historiografia, isso como resultado dos processos hegemônicos na produção do conhecimento histórico, que relegou seus vestígios aos cantos de alguma estante empoeirada. Foi graças as epistemologias feministas que sua trajetória pôde ser ressignificada. No ano de 1868, um contexto caracterizado como a gênese do feminismo no Brasil (DUARTE, 2019; RIBEIRO, 2019), ela publicou uma obra que, dentre as inúmeras de suas insatisfações, rebateu o mal pagamento do trabalho de mulheres, expondo toda a condição de desigualdade a que estiveram submetidas. Como professora, que exerceu esse ofício até o fim de seus dias, caminhou constantemente pelas ruas do Rio de Janeiro, indo de casa em casa lecionar suas aulas, com sol ou chuva, frio ou calor, um trabalho demasiado cansativo.

É muito difícil imaginarmos que o excerto transcrito não tenha relação com o seu cotidiano no universo do trabalho. Anna Rosa Termacsics transitou no magistério, desde as aulas de primeiras letras até as de música, muito provavelmente devido ao leque de conhecimentos que estava apta a lecionar. Ainda que a docência tenha sido um importante espaço para o trabalho de mulheres, no ensino de música, por sua vez, prevalecia a valorização dos maestros masculinos, que recebiam maiores salários, como de praxe no universo das profissões. Segundo Everton Barbosa, à título de exemplo, “o brasileiro Izidoro Antônio Terra, professor de qualquer instrumento, cobrava [...] uma joia de vinte mil réis no ato de inscrever-se, e cinco mil réis por cada dez lições por mês, lições avulsas dois mil réis cada uma, ou seja, valor superior ao cobrado pelas brasileiras”, que cobravam um valor variado em cerca de mil réis (BARBOSA, 2016, p. 110-111). Nesse universo também vale destaque a diferença de pagamento entre as professoras brasileiras e as estrangeiras, que tinham privilégios quanto aos valores recebidos pelo exercício do mesmo ofício, já que a Europa era o modelo de civilidade a ser seguido aos mínimos detalhes.

Diante das desigualdades de gênero estruturadas no contexto do século XIX, pensando em todos os âmbitos no universo do trabalho, a professora Anna Rosa publicou o *Tratado sobre a emancipação política da mulher e direito de votar*, uma obra que traz insatisfações coletivas de intelectuais que eram privadas de uma vida em equidade com os homens em vários âmbitos sociais. A autora argumentava, na circunstância, que a vida inferior imposta às mulheres não possibilitava que ganhassem em igualdade com os homens nem no exercício “do mais miserável ofício”. Seu desagrado comprova a existência de um universo de trabalho amplo que contou com participação massiva de mulheres, muitas das quais experienciaram condições precárias no exercício de seus ofícios. As atividades exercidas se associavam de acordo com suas aptidões e favorecimentos de classe e raça, já que nas lides das letras o número era circunscrito, em que predominantemente mulheres brancas e de prestígio social ocuparam esse espaço.

Nas últimas décadas, a historiografia sobre trabalho ampliou significativamente o conceito de trabalhador/trabalhadora para além do operariado fabril, preocupando-se com grupos variados e suas respectivas práticas (CHALHOUN; SILVA, 2009). Isso nos leva a questionar que as personagens dessa história “nem sempre cerraram fileiras em partidos políticos ou em sindicatos, e muitas delas não realizaram greves nem motins” (POPINIGS; SCHETTINI, 2009), sendo as suas experiências tomadas para questionar a abrangência do conceito de trabalhadoras. Nessa lógica, analisar trajetórias de professoras, intelectuais e

jornalistas, a luz do conceito de trabalhadoras, possibilita questionamentos substanciais para compreendermos a gênese de profissionalização dessas mulheres nas letras e todas as dificuldades colocadas ao longo do percurso, que tem suas raízes em meados do século XIX.

Por meio do mapeamento de trajetórias de professoras como Anna Rosa Termaccis dos Santos, ao lado das indagações levantadas pela obra publicada em 1868, buscaremos escrutinar o universo da docência e as dificuldades colocadas para mulheres que, na maioria dos casos, não tinham outro espaço profissional de trabalho aberto, ainda que muitas tivessem ambições intelectuais e profissionais que extrapolavam o universo do magistério. Mulheres estas que estavam inseridas em um lugar e uma posição específica na sociedade de meados do oitocentos – majoritariamente brancas e com acesso ao letramento – ainda que nem todas possam ser consideradas de uma elite aristocrática. Como veremos, a diversidade de mulheres que atuaram nesse espaço leva a indagações sobre suas posições medianas na sociedade, indo além do binômio aristocracia versus escravizados, já que podemos constatar desde as professoras com notório reconhecimento, muitas instruídas por mestres estrangeiros, até aquelas com formação pelo autodidatismo e que tinham no trabalho sua subsistência básica, muitas adentrando nas escolas para lecionar mesmo aprendizados de culinária e costura, como os exemplos elencados ao longo do texto comprovarão.

Em uma sociedade que tinha como base econômica a escravidão, mulheres negras viviam em um regime de opressão estruturado há mais de três séculos que não era preocupação das reivindicações das professoras intelectuais, e muito menos colocava essas mulheres como iguais, o que torna fundamental apontar como fator determinante a questão racial. Ainda assim não podemos excluir a possibilidade de acesso de mulheres de cor no ofício, já que o magistério tinha ramificações muito diversas e abarcava um grupo bastante heterogêneo de mulheres, desde as com posições sociais da mais alta hierarquia até trabalhadoras imigrantes e pardas, sobretudo devido ao novo ordenamento social que vinha se organizando e possibilitando acesso de grupos subalternos em determinados espaços.

A pesquisa se centrou em fontes como jornais e petições/requerimentos encaminhados para a instrução pública, das quais foi possível perceber distintas formas de estratégias e negociações estabelecidas com o aparato do Estado frente a todas as coações de gênero. No período proposto para análise, segunda metade do século XIX, sabemos que diversas professoras igualmente atuaram na imprensa (RIZZINI; SCHUELLER, 2018), publicando os mais distintos gêneros literários, algumas até se aventuraram na criação de seus próprios jornais, como tratam os casos de Joana Paula Manso, Francisca Senhorinha da Motta Dinis e Josephina Álvares Azevedo. É mediante esse trânsito que analisaremos as principais dificuldades colocadas, tendo em vista que as experiências dessas mulheres como trabalhadoras deram início as suas mobilizações na busca por direitos e o acesso a espaços como a imprensa e a literatura.

Nessa lógica, uma variedade de estudos tem sido produzida para analisar a relação de gênero e trabalho, investigando a inserção de mulheres nos mundos do trabalho, desde as escravizadas, libertas, operárias, domésticas, imigrantes, sejam negras e/ou brancas. Mas, não apenas, enfoques também têm se dado com aquelas que atuaram como professoras, dramaturgas, jornalistas e literatas que, da mesma forma, venderam sua força de trabalho e enfrentaram impasses cotidianos em busca de uma valorização profissional. Apesar de ser um grupo seletivo e, desde sempre, majoritariamente branco, não podemos

excluir a possibilidade da existência de mulheres negras, e um exemplo nesse sentido trata da escritora e professora maranhense Maria Firmina dos Reis, que obteve notório reconhecimento na imprensa maranhense de sua época (SOUZA, 2020).

A pesquisa se centra no campo das epistemologias feministas, junto aos estudos de gênero, que ajudam a complexificar o social e possibilitam entender as inúmeras construções impostas ao masculino e ao feminino ao longo dos séculos. Para Michele Perrot, “escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê à relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades” (PERROT, 2005, p. 14). As nossas preocupações são críticas e interpretativas às estruturas que se perpetuaram dando vantagens ao sexo masculino ao longo dos séculos, o que resultou na consolidação do patriarcado como sistema de opressão (LERNER, 1975; 2019). Tais estudos surgem e são, fundamentalmente, da ordem da experiência de mulheres. Segundo Marilyn Strathern, “A sociedade não é construída independentemente do gênero e, nesse sentido, não pode ser um contexto explicativo para ele. As relações de gênero não são nem mais nem menos autônomas do que quaisquer relações sociais” (STRATHERN, 2006, p. 68). A perspectiva relacional destes estudos permanece em todos os campos e, segundo Perrot, [se] “existe um setor em que o gênero me parece pertinente e eficaz, este setor é o do trabalho, em todas as suas dimensões” (PERROT, 2005, p. 151). Nesse sentido, o gênero constitui-se uma ferramenta que pode ser utilizada para complexificar as questões que vêm sendo propostas nos estudos sobre os mundos do trabalho nas lides das letras.

A crítica feminista abalou as formas de se produzir conhecimento. Desde as últimas décadas, cada vez mais, a epistemologia feminista, junto aos estudos de gênero, tem contribuído para questionar conceitos, teorias e métodos concebidos e destinados unicamente para experiências masculinas, heteronormativas e brancas, por muito tempo consideradas como universais. Para Margareth Rago, “Os estudos feministas inovam na maneira como trabalham com as multiplicidades temporais, descartando a ideia de linha evolutiva inerente aos processos históricos” (RAGO, 1998, p. 12), ou seja, uma forma de propor novas inteligibilidades e interpretações a antigos saberes. É importante, ainda, ressaltar que o pensamento feminista também é uma teoria em formação, em que devemos necessariamente “criticar, questionar, reexaminar e explorar novas possibilidades” (HOOKS, 2015, p. 202), como, por exemplo, levando em consideração a experiência da diversidade de mulheres e suas respectivas desigualdades, uma vez que nem sempre as reivindicações e o acesso a determinados espaços foram iguais para todas.

A desigualdade salarial posta por Anna Rosa Termacsics dos Santos, apresentada no excerto inicial transcrito, ao destacar que a mulher “não ganha a terça parte que o homem ganha”, pode ser pensada para mulheres que não viviam no regime da escravidão, uma vez que este não pode ser desconsiderado em qualquer análise que proponha compreender formas de desigualdade e suas trajetórias históricas. Todo esse momento que será retratado contou com a participação majoritária de mulheres brancas, o que é resultado do processo de escravização de negros e negras e do imaginário racista estabelecido e estruturado por séculos. Frente a isso, é importante ponderarmos as problemáticas quanto aos cuidados necessários para uma análise que não transpareça excludente e homogênea na história sobre a luta das mulheres, que nunca foi um enfrentamento coletivo contra todos os tipos de opressão. No recorte temporal delimitado, por exemplo, mulheres escravizadas, libertas, indígenas e pobres estavam submetidas a condições precárias de vida, sofrendo

não apenas as desigualdades de gênero, mas também a racial e a de classe, e a grande maioria sem acesso à educação.

Ao longo das páginas desse trabalho narraremos uma história por muito tempo esquecida, deveras na diversidade de documentos amarelados sobre o passado. Uma cultura em meados do XIX que reflete normas, estruturas, conceitos, padrões e desigualdades estabelecidas e impostas historicamente as mulheres. Todavia, como aponta Robert Darnton, “se a cultura é idiomática, ela é resgatável. E se sobreviverem textos seus em número suficiente, ela pode ser escavada dos arquivos” (DARNTON, 2020, p. 335). É isso que temos feito, escarafunchado papéis em busca de histórias, como as que serão reveladas no decorrer da leitura.

Das salas de aula ao uso da pena: mulheres escritoras, *muitas professoras*, na Corte do Império do Brasil

Nos debates parlamentares da década de 1840 transparecia a unanimidade sobre a necessidade de uma reforma educacional. Nesse sentido, a Reforma Couto Ferraz, aprovada em 17 de fevereiro de 1854, estabeleceu uma política mais centralizadora do ensino, tanto para as instituições públicas como para as privadas, instituindo-se a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte (IGIPSC). Segundo Gondra e Tavares, submeter o aparelho privado a um maior controle justificava-se na medida em que o projeto político em vigor associava a busca por graus mais elevados de progresso e a uma rede de escolarização mais uniformizada e homogênea (GONDRA; TAVARES, 2004).

Segundo essa legislação, as aulas particulares também passaram por regulamentação. Para Schueler, o intuito era o de instaurar representações acerca desses mestres em “seus lugares e papéis na sociedade, idealizando suas condutas morais e os traços ideais de sua personalidade, bem como delimitando as exigências em relação às suas capacidades técnicas e às suas habilidades profissionais” (SCHUELER, 2004, p. 43). É importante salientar que, logo após a Reforma de 1854, uma série de restrições e dificuldades foram impostas ao trabalho de mulheres na educação, passou-se a considerar, por exemplo, as ditas “condutas morais” das professoras que, para lecionarem, necessitavam de autorização dos maridos, caso fossem casadas, ou dos pais, se solteiras, caso tivessem menos de 25 anos.

Guacira Lopes, ao analisar as mulheres professoras no XIX, constatou que persistia no período um discurso hegemônico que as excluía da educação, relacionado as desigualdades de gênero. Nesse sentido, havia três maneiras de encarar a questão: 1) relacionada a tradição católica e que acentuava a educação moral para reforçar o papel doméstico; 2) para a formação das mães, porém com base nos saberes da puericultura, psicologia e higiene, resultados do cientificismo, e 3) aquela que proclamava a igualdade entre os sexos, inclusive reivindicando a participação em cursos superiores. Nas décadas de 1870 e 1880, por exemplo, muitas Escolas Normais já recebiam mais mulheres do que homens e afirmaram-se como instituições de preparação profissional para o magistério. Tal processo foi identificado por essa autora como feminização do magistério, isto é, momento no qual o ensino passou a ser uma função desempenhada quase que exclusivamente por mulheres (LOURO, 2004).

O papel da educação sempre foi considerado como uma obrigação materna, e durante séculos as mães foram as próprias responsáveis pelos aprendizados de seus filhos

e filhas, quando não houvesse contratação de mestres e aias particulares, este último sobretudo em famílias aristocráticas e abastadas. No século XIX, em específico, ocorreram mudanças nesse cenário que retirou a alfabetização das mães e passou para as mãos das professoras, fiscalizadas e escolhidas a dedos pela família e pelo Estado. Nesse meio insere-se diversos agentes, que compreendem desde os professores e professoras até diretores e diretoras, produtores e produtoras de material didático, bacharéis e inspetores do Estado (BORGES, 2017). O intuito era o de alfabetizar crianças com o ensino das primeiras letras, com distinções curriculares irrefutáveis nas matérias direcionadas para os meninos e para as meninas. Na medida em que foi negado o acesso a determinados postos na burocracia estatal por mulheres, como empregadas públicas e políticas, o ofício na educação apareceu como uma primeira oportunidade de conseguir os recursos financeiros que possibilitassem a dedicação de parte do cotidiano para aquelas que, na maioria dos casos, tinham ambições na carreira com a escrita.

As reivindicações pelo acesso à educação despontaram como uma primeira estratégia de escrita, inserida entre aquelas com habilitações letradas, normalmente adquirida como reflexo de sua posição social e incentivo de seus pais ou familiares próximos. Normalmente, mulheres da elite tinham esse direito garantido mais facilmente que as das classes populares, sobretudo se vivessem no ambiente urbano, uma educação que tinha traços de grande influência europeia (VASCONCELOS, 2005). Parte dessas mulheres pontuaram que muitas não tinham oportunidades de aprenderem a ler e a escrever como as mulheres da elite vigente, aprendizados considerados básicos para qualquer mulher que um dia fosse mãe, já que a educação por muito tempo foi vista uma tarefa materna. Para Gerda Lerner (2019), esse contexto do século XIX pode ser pensado como um incipiente feminismo maternalista, com a presença de mulheres brancas e intelectuais que tinham em mira ambições nas letras, porém não tinham esse espaço aberto de maneira adequada, sendo muitas professoras atuantes.

Isso tudo demonstra que foram poucos os espaços em que as mulheres puderam atuar, sendo o magistério, a imprensa, a preceptoria e a governança umas das poucas. Era muito comum que mulheres com altas habilitações letradas trabalhassem na instrução doméstica de meninas da elite, sendo exigido em alguns casos que essas residissem nas casas das famílias com o intuito de facilitar o aprendizado. Anna Rosa Termacsics dos Santos, escritora, professora e também governanta em um momento de sua vida, levantou diversos apontamentos que apresentam às suas leitoras póstumas um imaginário em relação a esse universo do trabalho feminino durante o século XIX. Segundo ela:

O homem tem milhares de recursos e ninguém o embaraça: se não progride numa ocupação pega em outra; assim os salários devem subir, mas não é assim com as mulheres; toda a massa de mulheres deve achar ocupação em uma, duas ou três indústrias. Se são mais trabalhadeiras para uma indústria que se precisa, matam-se entre si com a concorrência, e todos os dias se abaixam os salários delas, e elas estarão por tudo, porque se uma não se quer sujeitar a esse preço, mil outras anuem, e o trabalho da mulher é barato pela grande abundância que existe (SANTOS, 2022, p. 51).

Segundo a autora, existia no século XIX uma abundância de mulheres em busca de trabalho. No entanto, não encontravam postos abertos com facilidade para suas entradas. Muitas atuaram em várias frentes, mesmo com salários muito inferiores comparado ao

recebido pelos homens, desde o universo da educação, da costura, da imprensa, dos cuidados. Outro ponto levantado tem relação com a concorrência no grupo, já que existia uma grande massa feminina a procura de trabalho, porém com pouca demanda. Isso levava à diminuição dos salários devido à grande concorrência, já que todas necessitavam do emprego para o suprimento de suas necessidades básicas, o que fez com que muitas se submetessem aos valores ofertados.

Ademais, também enfrentaram dificuldades relacionadas a locomoção pelas ruas do Rio de Janeiro, carecendo transitar por diversas casas em um mesmo dia, como podemos encontrar em publicações feitas na própria imprensa da época: “Siga essa bela mulher. Como ela anda rapidamente, ela olha seu relógio inquieta, ela está atrasada, desde de manhã ela já deu quatro lições de canto, e tem ainda três mais para dar. É um trabalho cansativo” (COURRIER DU BRÈSEL, 1855, ed. 48, p. 7). O excerto indica que as professoras, sobretudo as que lecionavam aulas particulares diárias, tinham vários trabalhos a serem realizados em um mesmo dia, isso quando não exercessem em casa também as tarefas domésticas e maternas, com duplas e triplas jornadas desgastantes.

Ainda há que se destacar que dentro da profissão docente perpetuava hierarquias que interfeririam na remuneração e alocação institucional de seus metes, ou seja, a classe era bastante heterogênea e vinha atuando em espaços sociais diversos, o que traz indícios sobre a posição social dessas mulheres. O ensino primário público, por exemplo, permanecia na base da profissão, em que critérios variáveis como a localização da escola (urbana, rural ou subúrbios), número de matrículas, valor do aluguel do imóvel que funcionava a escola e substituição do cargo. Segundo Gondra,

Sem falar ainda nas diferenças existentes entre estatutos sociais de uma multiplicidade de profissionais que vivia de ensinar em aulas isoladas, cursos preparatórios, escolas e colégios primários e secundários, os quais possuíam condições de trabalho e remuneração heterogêneas e extremamente distintas, conforme a finalidade, a localização e a clientela atendida pelos estabelecimentos de instrução (GONDRA; SCHUELLER, 2008, p. 171).

Nesse universo diverso, inserido em uma época que os moldes vitorianos rodeavam o mundo, a vida doméstica era de praxe nas famílias burguesas, constituindo hierarquias que privilegiavam os homens como intelectos e sexualizava mulheres, criando formas de opressões distintas em suas vidas. Para Bonnie Smith, as mulheres vinham reivindicando acesso ao universo intelectual e produzindo pelas margens desde o século XVIII, mesmo frente ao desdém masculino. As muitas intelectuais relegadas ao amadorismo profissional produziram obras históricas, didáticas, filosóficas, biográficas e literárias com narrativas que possibilitam diversas reinterpretações do passado, muitas das quais escritas em forma de artigo para jornais de suas épocas. Todavia, segundo Smith, “muitas vezes escolhiam assuntos históricos diferentes” (SMITH, 2003, p. 23), o que pode ser percebido em suas produções didáticas e literárias. Para o exercício de seus trabalhos intelectuais as muitas professoras necessitavam de letramento, que podem ser constatados através de suas publicações escritas, muitas existentes e localizadas em diversos jornais, como *Jornal das Senhoras*, *Bello Sexo*, *Echo das Damas*, *O Sexo Feminino* e *A Família*.

O trabalho com o ensino da língua francesa, em especial, devido ao fato desse idioma constituir-se como um dos principais domínios linguísticos do século XIX, elegeu-se

particularmente como área de trabalho para muitas brasileiras e estrangeiras (MARTINS, 2009). É o que demonstra, por exemplo, a trajetória da escritora francesa Adèle Toussaint-Samson, autora de *Uma Parisiense no Brasil*, que, além da escrita e tradução, atuou, igualmente, no ensino particular de francês e italiano (MAIA, 2016). A vida intelectual demandava constante trânsito, caso o retorno financeiro fosse um anseio, uma realidade para a maioria das personagens aqui analisadas. Na estadia de Adèle no país é significativo ressaltar a sua colaboração em periódicos como o *Courrier du Brésil*, que lhe pagava razoavelmente bem pela escrita de textos literários, o que permite corroborar sobre a importância do ensino em suas trajetórias intelectuais (PEDRO; SOUZA, 2012), das quais muitas escreveram sobre suas práticas docentes.

As aulas se davam nos colégios, sejam eles públicos ou particulares, mas também eram oferecidas individualmente na casa das alunas ou alunos, na qual as professoras anunciavam a prestação desses serviços, como podemos observar nessa passagem: “Uma senhora honesta de educação, deseja-se empregar-se em casa de família ou colégio, prestando-se a fazer qualquer serviço, trata-se na rua do Lavradio, n.15, sobrado” (JORNAL DO COMÉRCIO, 1878, ed.152, p. 5). Observamos que a honestidade e a moral foram características essenciais a serem consideradas, inclusive estiveram nas habilitações necessárias para autorização da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte, que prezava por uma comprovação moral dessas professoras.

Nesse universo de trabalho, as estrangeiras pobres que aqui se estabeleceram, muitas em busca de novas oportunidades, as quais de grande maioria solteiras ou viúvas, podem ser consideradas em número expressivo, já que profusos foram os casos localizados em periódicos, ofícios, requerimentos e petições enviadas para o Conselho da Instrução buscando autorização para o trabalho. Nos anúncios de jornais, por exemplo, eram comuns informações como a que segue:

PROFESSORA. Uma senhora estrangeira deseja encontrar nesta corte uma casa de família capaz e de tratamento, inglesa, brasileira ou alemã, para ensinar com perfeição o francês gramaticalmente, história antiga, moderna e universal, geografia, física e política das cinco partes do mundo, aritmética, elementos de física e botânica, e todos os trabalhos de utilidade a uma senhora, a saber: crochê, filet, tricô, bordados em branco, lã, seda, froco e contas, flores de papel e de cabelo. Para informações, na rua Municipal n.07, 1 ° andar (CORREIO MERCANTIL, 1860, ed. 311, p. 3).

A respectiva estrangeira, que anunciou seus serviços em 9 de novembro de 1860, destacou suas propensões para diversas áreas de ensino, abarcando línguas, geografia, história e, até mesmo, política, aritmética, física e botânica, sendo os últimos considerados como ensinamentos a serem lecionados por mestres masculinos. Apesar disso, não deixou de reforçar sua utilidade para a instrução dos estudos relacionados ao doméstico, como crochês e bordados. Isso revela como essas mulheres intelectuais tinham grandes conhecimentos, transitando por diversas áreas do saber em busca de subsistência financeira, porém acabavam tendo que se submeter aos aprendizados domésticos. Algumas das ofertas apareceram anunciadas no mesmo jornal em edições consecutivas e tal fato se dava, possivelmente, em negociação com as redações, que cobravam o valor da publicidade por pacote, peripécia que reforçava mais a circulação de seus nomes, já que a aparição constante e possível reconhecimento eram importantes para a contratação e

manutenção de seus serviços, ainda mais se os anúncios tivessem aparição nos anúncios dos grandes jornais.

Um dado que merece atenção é o fato de mulheres estrangeiras terem sido priorizadas para algumas funções, isso sobretudo desde a missão francesa organizada em 1817, que tinha como objetivo trazer os moldes europeus na arte, literatura, moda e também nas práticas sociais de convivência para o Brasil. Muitas famílias acreditavam que contratar professoras francesas e inglesas, por exemplo, possibilitaria uma educação de qualidade para suas filhas, desde o aprendizado de línguas até literatura e artes. Contudo, o que observamos é que nem todas tiveram sucesso em suas funções, como o anúncio anterior comprova.

Uma professora e jornalista brasileira de reconhecido sucesso nesse contexto foi Francisca Senhorinha da Mota Diniz, que, como muitas outras, dedicou sua vida a prática docente, ao lado de suas aspirações intelectuais. Exerceu o magistério público e particular desde jovem em três importantes províncias do Império: Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Em 1873, na cidade de Campanha, Minas Gerais, lançou o periódico *O Sexo Feminino*, que, em 1875, transferiu sua produção e circulação para terras cariocas. A trajetória da mineira dá luz a uma série de questões importantes, relacionada ao ofício na educação e seus trânsitos. A tarefa de elaborar e dirigir um jornal com ideias emancipacionistas, ao lado do trabalho com a docência, demandou mais tempo e dedicação da intelectual mineira, que fez questão de esclarecer suas leitoras quando houvesse algum conflito com a publicação e periodicidade da folha.

Em dezembro de 1873, por exemplo, o periódico ficou duas semanas sem circular. O motivo foi que a jornalista, que também era professora, estava atarefada com os exames finais da Escola Normal de Campanha e, além disso, recebeu a triste notícia do falecimento de sua mãe, episódio que a deixou impossibilitada de seguir com o trabalho de escrita, organização e edição de *O Sexo Feminino*. Em outra ocasião, agosto de 1874, ela pediu desculpas para uma assinante que demorou para ter sua carta publicada nas páginas do jornal. Segundo ela, o motivo foi devido “ao desaparecimento dela [carta] entre os muitos papeis e periódicos que recebemos, e a mudança de casa que tivemos que fazer. Acresce que as funções do magistério público, a que não podemos faltar, nos trazem falta de tempo” (*O SEXO FEMININO*, ed. 41, 8 ago. 1874).

Essa experiência docente da jornalista foi ponto fundamental para as ideias defendidas no periódico, assim como aconteceu com Anna Rosa Termacsics. Logo que foi lançado, na primeira página, Senhorinha, em tom reivindicatório, escreveu que “em vez de pais de família mandarem suas filhas coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa, etc., mandem-lhes ensinar a ler, escrever, contar, gramática nacional perfeitamente, e depois economia e medicina doméstica, a puericultura e a literatura, a filosofia e história, a geografia, a física [...]” (*O SEXO FEMININO*, 1873, ed. 1, p. 1), em uma tentativa de alçar melhoras na instrução intelectual de meninas, que desde novas eram ensinadas para as funções domésticas e o casamento, ficando impossibilitadas de exercerem qualquer profissão segundo esses preceitos.

Francisca Senhorinha da Mota Diniz casou-se com José Joaquim Diniz, também jornalista e professor, com quem teve quatro filhas: Albertina, Amélia, Elisa e Eulália, todas seguindo a carreira intelectual da mãe, tornando-se escritoras e professoras. Os laços familiares e as relações pessoais travadas foram fundamentais para a consolidação na profissão da mineira, que dedicou a vida aos dois ofícios, bem como possibilitam

indagações sobre a ideia na hereditariedade na profissão. Até o fim de seus dias, ela lecionou aulas, dirigiu colégios e lançou quatro jornais emancipacionistas: *O Sexo Feminino*, *A Primavera*, *A Voz da Verdade* e o *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, sempre com colaboração de uma rede ampla de intelectuais professoras, ao lado das filhas.

Nesse universo intelectual da educação, também trabalharam muitas estrangeiras que vieram no Brasil residir. Nomes como Emilie Mounier, Madame Canière, Elisa Nonsen, Mariana Fleismz Iteinsez, Madame Caroline Hoffmam, figuram entre algumas que circularam pela cidade, muitas das quais se aventuraram na fundação de seus próprios colégios. Nesse sentido, era costume que essas mulheres, por diversos fatores, não conseguissem arcar com o funcionamento à frente deles por muito tempo, sendo obrigadas a colocá-los à venda tempo depois. Um exemplo tratou de Madame Poucel, que, em 10 de outubro de 1856, vendeu o seu estabelecimento para a também estrangeira Amélia Mounier (SÉRIE 12.3.38, 30 dez. 1859). O respectivo Colégio foi fundado em 1850 e foi assim anunciado nos jornais:

COLÉGIO DE MENINAS – Dirigido por Madame Poucel - Rua do Cano, n.64 – Este novo estabelecimento abrir-se-á no dia 7 de janeiro, próximo futuro. Mme. Poucel, fundando este colégio a que vai dedicar com suas filhas, oferece garantias que serão devidamente apreciadas pelos pais de famílias. Sua filha, Mme. Eugênia Poucel apresenta 5 diplomas de aptidão que lhe foram conferidos pelo Hotel de Ville e la Sorbonne de Paris. Mme. Paulina Poucel é professora de música. Estas professoras não desconhecem as obrigações a que se sujeitam; foram honradas como leais em Paris e procuram não desmentir as numerosas recomendações que tiveram a honra de receber para o Rio de Janeiro, desvelando-se pela educação e instrução das meninas que forem confiadas aos seus cuidados (JORNAL DO COMÉRCIO, 1859, ed. 357, p. 4).

Após o período de seis anos, a família francesa vendeu o colégio para outra estrangeira, também francesa, Amélia Mounier. Apesar da inserção da família Poucel em meios privilegiados, como o fato de as filhas terem sido formadas em Paris, a mesma, ao que tudo indica, também passou por dificuldades para a continuidade com o trabalho na educação. Assim, podemos levantar que as condições dessas mulheres passavam por distinções precisas relacionadas a classe. Algumas, por exemplo, conseguiram se sobressair mais do que outras, seja por fatores relacionados a formação, laços familiares, relações pessoais ou condição civil e financeira.

Outro caso que merece atenção é o da francesa madame Caroline Hoffmam, que estabeleceu um colégio para meninas localizado, em 1862, na rua dos Inválidos, n. 64. A experiência docente e intelectual dessa professora foi destacada em todos os documentos emitidos pela instrução pública, ao lado de outros nomes de estrangeiras, que trabalharam junto nas disciplinas ministradas. Todavia, algo intempestivo aconteceu e impactou toda a sua profissão: um estupro de uma aluna de apenas 13 anos dentro da habitação, executado pelo seu marido. Em contrapartida, as autoridades deixaram “de instaurar, por caso exime o competente processo, em consequência da oposição do pai daquela infeliz, que não deseja tornar pública a desonra de sua filha” (SÉRIE 12.4.2, 1 jul. 1862). O que aconteceu foi que a delegacia intimou a professora e, em seguida, emitiu ordem de fechamento de seu estabelecimento, ao lado de uma suspensão do exercício de sua profissão. O que assusta, todavia, é que o marido, verdadeiro culpado pelo crime, pouco foi culpabilizado ou responsabilizado legalmente pelo ato, tendo inclusive um parecer emitido em seu favor:

Aludindo ao fato criminoso de que é acusado o marido da diretora Vossa Excelência compreende perfeitamente a desagradadíssima posição em que me achei para cumprir o meu penoso dever no meio desta família depois do triste sucesso, cuja responsabilidade real, ou suposta, pesa sobre Hoffmam. Reclamações pela inocência do marido, vítima da mais perversa e atroz perseguição, protestos contra a difamação e calúnia, seguranças de honra e severa honestidade queixas e lágrimas contra a injustiça de semelhante resolução. (SÉRIE 12.4.2, 5 jul. 1862)

Como acontece ainda hoje, muitas vezes as mulheres são culpabilizadas pelas ações de seus companheiros. Em casos de estupro, por exemplo, discursos perversos são legitimados pela ideia de que elas foram permissivas ou “mereceram”. Caroline Hoffmam ficou por muito tempo impossibilitada de exercer sua profissão, retornando algum tempo depois para lecionar aulas de inglês em colégios, inclusive o apontado Colégio de Meninas, dirigido pela madame Poucel. Já sobre o marido, não sabemos informações do caminho profissional que seguiu, nem ao menos se ficaram juntos após o ocorrido. A professora, como visto, não pôde se afastar do trabalho com a docência, e a estratégia foi buscar emprego em outros colégios, não mais na direção do seu próprio.

As estratégias utilizadas pelas muitas professoras que labutaram à frente de seus ofícios se deram no sentido de uma busca por reconhecimento e, no caso das muitas estrangeiras pobres, em específico, um lugar para residência e sobrevivência no país, aceitando, inicialmente, moradia e alimentação como troca por seus serviços, como apareceu em muitos anúncios. Essas constatações asseveram uma precariedade na profissão para muitas, que não tinham condições básicas de moradia. Em 1863, uma estrangeira, que não divulgou seu nome, anunciou serviços na imprensa em Rua da Alfândega, n.118, 1º andar, pelo preço de 30\$ mensais (JORNAL DO COMMÉRCIO, 1863, ed. 91, p. 4). O respectivo endereço, coincidentemente, é o mesmo em que Anna Rosa Termacsics dos Santos, estrangeira já abordada nesse trabalho e que terá um de seus trabalhos analisados a seguir, residiu alguns anos antes, em 1852, como consta no *Almanak Laemmert*. Ao longo da vida, todos os seus logradouros foram pequenos sobrados espalhados pelas imediações centrais da Corte e que podem ser analisados por duas chaves interpretativas: a primeira, relacionada à facilidade de contratação e à proximidade com os centros comerciais e de sociabilidade letrada; e, a segunda, devido ao tamanho e o valor pago com aluguel e as despesas básicas, que acabavam sendo mais acessíveis aos seus bolsos. Dez anos depois, outra estrangeira tornou-se inquilina do sobrado, que, não por eventualidade, também anunciou os seus serviços.

Em meados do século, as residências do Rio de Janeiro já haviam passado por mudanças em sua estrutura, o que durante a Colônia ou no início do Império eram grandes casarões e sobrados, no período em questão já contava com diversas repartições em um mesmo imóvel, dividido por andares e, normalmente, alugados para “senhoras só” ou “pequenas famílias” (ARAÇÃO, 2017, p. 85). A estrangeira que anunciou em jornal a procura de moradia nas imediações da Lapa, possivelmente residia sozinha e sem marido ou filhos, assim como muitas outras solteiras ou viúvas que moravam em pequenos andares ou sobrados. É interessante destacarmos as suas propensões para “preparar meninos que quiserem passar para classes secundárias nos colégios”, ou seja, ela tinha habilitações adequadas para o preparo de meninos que quisessem ingressar nos estudos secundários,

etapa em que meninas foram por muito tempo excluídas. O motivo teria sido unicamente o sexo.

Essas mesmas senhoras também necessitaram solicitar ao Conselho da Instrução, estabelecido na Corte desde 1854, autorização para lecionarem, seja no ensino público ou privado. Um exemplo é o caso da professora Anna Rufino de Vasconcelos, que, após ficar viúva e com três filhos pequenos, encaminhou um requerimento, em 16 de maio de 1856, solicitando anuência para oferecer aulas de agulha para meninas em algum dos colégios particulares cariocas (SÉRIE 12.3.38), um universo oposto aos dos aprendizados intelectuais, já que aulas de corte e costura eram igualmente muito buscadas para a construção da feminilidade de mulheres “ideais” no Império, fortemente influenciado pelos preceitos vitorianos que giravam o mundo. Para algumas mulheres, como a própria Anna Rosa Termacsics dos Santos, esses aprendizados não enchiam os olhos e as ambições de muitas; segundo suas palavras: “Várias ocupações que ensinam trabalhos de agulha, pequeno comércio e agricultura são concedidas à mulher, mas todas essas indústrias não encham ainda sua alma, tudo quanto requer a sua natureza, porque ela tem a mesma natureza humana que o homem, e o mesmo direito” (SANTOS, 2022, p. 62). Suas palavras não levaram em conta casos como o de Anna Rufino, que devido a sua necessidade de classe buscava se empregar de imediato sem qualquer preocupação direta com as discussões sobre emancipação feminina, muito menos os diferentes lugares que professoras não inseridas no universo das letras vinham lecionando suas aulas: dos subúrbios até as zonas rurais.

A necessidade de trabalho por Anna Rufino se deu em razão da perda de seu marido e os obstáculos encontradas no sustento de seus filhos, utilizando, assim, dos aprendizados que tinha com a costura para adentrar no ensino de primeiras letras. A estratégia discursiva dessas mulheres viúvas e solteiras se fundava, na maioria dos casos, na debilidade imposta a seu sexo, apresentando petições baseadas na necessidade de proteção do Estado, em que se respaldavam nas experiências que enfrentavam como mães solas. Tais práticas foram de praxe para que as mães negociassem seus embaraços, maternidade e as condições femininas para conseguirem parecer favorável do judiciário, sobretudo no que se refere à busca por pensões e auxílios de seus filhos, haja vista as dificuldades de trabalho (PEÑA, 2004). Essas experiências devem ser pensadas como opostas aos objetivos intelectuais daquelas que ocuparam o universo impresso, sobretudo se levarmos em consideração que elas escreveram de um lugar de privilégio muito específico naquela sociedade.

Os impasses experienciados, como trata os exemplos demonstrados, acabavam por limitar muito os espaços de atuação feminina. No universo das letras, então, nem se fala. A maioria dessas mulheres não tinham saída quando a viuvez chegasse inesperadamente, como aconteceu com Anna Rufina. A falta de experiência nos mundos do trabalho apareceu como resultado das desigualdades de gênero constituídas historicamente e que impôs as mulheres em posição de inferioridade por séculos. Similarmente, a falta de oportunidades igualitárias foi quase inexistente por muitas décadas, e ainda hoje a equidade de gênero vem sendo reivindicada pelo movimento feminista. Segundo Anna Rosa Termacsics, à título de exemplo, “deixai a mulher escolher sua ocupação tornando-se responsável de si mesma, como o são os homens ao Criador e não do próximo” (TERMACSIS, 2022, p. 54). Ou seja, se os mundos de trabalho fossem abertos para as mulheres em todos os ofícios em

paridade com os homens, elas teriam a opção por seguir alguma profissão, mostrando sua real capacidade de independência, autonomia e reconhecimento trabalhista.

Foram inúmeras mulheres que transitaram pelas ruas do Rio de Janeiro diariamente e se propuseram, até mesmo, a chegarem aos subúrbios, locais que demandavam jornadas mais longas e exaustivas, ainda mais no período em que as linhas ferroviárias caminhavam a passos vagarosos. Isso mostra como a condição social do grupo era diversa e variava de acordo com a necessidade financeira, o que também influenciava nos campos que essas mulheres estavam aptas a lecionar, desde agulha até francês e aritmética. Apesar dos privilégios, que concernem principalmente a cor dessas mulheres, de maioria branca, muitas enfrentaram dificuldades e impasses financeiros relacionados à própria subsistência.

Das ideias à prática docente: insatisfações de mulheres frente à desigualdade de gênero

O *Tratado sobre a emancipação política da mulher e direito de votar*, publicado pela tipografia Paula Brito, em 1868, e vendido em diversas livrarias dispersas pela Corte, possibilita indagações fundamentais para complexificarmos o universo de trabalho de mulheres ao longo do século XIX, das quais muitas transitaram da escrita intelectual às salas de aula. A autora da obra, Anna Rosa Termacsics dos Santos, optou pelo uso das iniciais de seu nome no momento da publicação, não sabemos exatamente qual foi o real motivo. Todavia, o uso do anonimato, ao longo do XIX, constituiu-se “antes uma cuidadosa opção narrativa adotada pelo autor em cada uma de suas séries” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 15). Não obstante, podemos afirmar que o intuito não era o de se esconder, uma vez que localizamos diversos anúncios de venda em que sua residência apareceu como um dos locais que a obra poderia ser adquirida, como trata o exemplo:

Saiu a luz e acha se a venda em Casa de Laemmert, n.77, Rua da Quitanda, tipografia Paula Brito, 10, rua do Sacramento, B.L. Garnier, 69, rua do ouvidor, e em casa da autora, Rua Sete de Setembro n. 223, 1º andar. TRATADO SOBRE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER E DIREITO DE VOTAR. Esta obra se recomenda a todos os pais de família, deputados, corpo jurídico e todo mundo ilustrado do Brasil, 1 volume 2\$000 (JORNAL DO COMMÉRCIO, 1868, ed. 80, p. 1).

O anúncio indicava o endereço da autora, localizado em rua Sete de Setembro, n. 223, 1º andar, informações que viabilizaram que aqueles/as interessados/as fossem até o logradouro para efetuar a compra, ou, quem sabe, desvendar o anonimato. Anúncios como esse foram publicados em diversos veículos de comunicação espalhados pelo Rio de Janeiro, assinalando o interesse da autora em divulgar a obra. As informações presentes possibilitam afirmarmos que, possivelmente, “o pseudônimo adequa-se ao assunto e a preocupação da época” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 15), não por medo de suas ideias serem consideradas transgressoras. O mesmo endereço, em Rua Sete de Setembro, por seu turno, apareceu vinculado aos seus serviços docentes ofertados para a população carioca. Ao mesmo tempo que almejava a carreira intelectual, Anna Rosa transitou cotidianamente até o fim de seus dias como professora pelas ruas da cidade, e foi diante dessa vivência de trabalho, ao lado de outras companheiras de ofício, que escreveu ideias por melhores condições.

Anna Rosa Termacsics dos Santos foi uma estrangeira húngara que se estabeleceu no Brasil quando tinha aproximadamente sete anos, em 1828, permanecendo no país até sua morte, em 1886, aos 65 anos de idade. Em pesquisas desenvolvidas sobre sua trajetória foi possível desvendar diversas indagações de grandes contribuições históricas. A primeira é o fato de ter escrito, em 1868, uma obra de cunho manifesto que, em seu conteúdo, tocou em pontos tão emblemáticos para aquele contexto, sendo um deles a insatisfação com a desigualdade presente nos mundos do trabalho. Por outro lado, sua posição social não foi de uma senhora de família aristocrática e com muitas posses, pelo contrário, filha de um pequeno agricultor de vinhas, solteira, e que, no decorrer da vida, passou por processos de decadência cada vez maiores que a levaram a trabalhar em distintas frentes, inserindo-se em uma classe de sujeitos medianos que buscavam ascensão através dos “ares aristocráticos” (HOLANDA, 1978), isto é, o letramento e os espaços propiciados por ele, como salões, bibliotecas, teatros, reuniões literárias.

Durante o século XIX, no Brasil, principalmente a partir de 1850, mulheres adentraram paulatinamente na imprensa periódica e nas tipografias, buscando, com isso, a publicação de seus trabalhos intelectuais. Algumas até mesmo na redação de seus próprios jornais. Em uma alçada internacional isso também foi prática comum e, inclusive, teve início logo no começo do século, como trata o caso mexicano. As mulheres deste país utilizaram da imprensa para reivindicar o direito à educação, além de promoverem a divulgação das letras nacionais e internacionais, sobretudo através do jornal *Diário do México*. Segundo Lourdes Alvarado: “la posibilidad e expressarse públicamente, de revalorar su capacidad intelectual, de plantear sus inconformidades y reclamos iniciales por abrirse nuevos espacios, por acceder a una mejor preparación” (ALVARADO, 1999, p. 272). Para essas mulheres, que então começaram a publicar suas produções, somente a educação possibilitaria um melhoramento das condições opressoras a que estavam submetidas, especialmente no universo do trabalho.

Já em finais do século XIX, inúmeras jornalistas, que também eram professoras, apareceram em jornais e revistas mexicanas trazendo a pauta educacional para o debate, como trata o caso de *Violetas del Anahuac* (1887-1889). Essas mulheres transitaram das salas de aulas às redações de periódicos. Outras chefiam empresas tipográficas, uma prática considerada muito comum naquele país, sendo Micaela Hernández um exemplo. Depois de anos no exercício do magistério, abriu sua própria tipografia (PASTERNAK, 1990). Nos EUA, as mulheres também foram ativas no trabalho da impressão desde o estabelecimento da imprensa colonial, apesar desse trabalho ter sido considerado impróprio por razões relacionadas ao desgaste, esforço físico, saúde, jornadas noturnas e constantes acidentes. Um exemplo de impressora e tipógrafa americana foi Mildred Dyre Haris, uma mulher que aprendeu sobre o ofício “em dois meses ao invés de dois anos”, como haviam relatado os periódicos da época. Segundo Haris: “They even had me setting ads a job women never did in those days, and I also learned to run the press. Our pay wasn't as much as men's”¹ (BIGGS, 2010, p. 436), apontando a desigualdade salarial por gênero em diversas instâncias de trabalho, não apenas na docência e na escrita intelectual, da qual, inclusive, poucas receberam satisfatoriamente.

¹ Tradução nossa: “Eles até me fizeram colocar anúncios um trabalho que as mulheres nunca fizeram naqueles dias, e eu também aprendi a executar a imprensa. Nosso salário não era tanto quanto os dos homens”.

O forte vínculo da educação na trajetória dessas jornalistas do século XIX se explica pelo fato de que esse campo era um dos poucos que lhes eram abertos. Nos EUA, a título de exemplo, o tema da instrução apareceu em vários jornais encabeçados por mulheres, sendo Sarah Josepha Hale um caso particular. Ela foi uma mulher de letras que se tornou a editora do *The Ladies Magazine* (1827), considerado o primeiro periódico destinado para mulheres no país. Posteriormente, devido às dificuldades financeiras para o seu mantimento, ela trabalhou no *Godey's Lady's book* (1837), sendo este também direcionado para mulheres. A jornalista obteve apoio de outras senhoras e defendeu projetos públicos relacionados à instrução feminina, inclusive peticionando acerca da criação de escolas em que as mulheres fossem treinadas adequadamente para o trabalho como professoras (HOFFMAN, 1990).

O caráter didático da imprensa também foi ponto de discussão das mulheres chilenas. Durante o século XIX, o Chile travou discussões acaloradas sobre a profissionalização do escritor e, desde 1833, estabeleceu que todo autor teria propriedade exclusiva sobre sua produção, através do artigo 152 da Constituição (ARCOS, 2010). No entanto, as mulheres não foram consideradas pela lei, e suas produções ficaram relegadas a um gênero inferior e de menor qualidade, já que sua autoria estava sempre inscrita numa rede de categorias relacionadas a honra feminina versus a honra da família. Diante das inúmeras dificuldades nesse amplo universo intelectual da impressão, que era majoritariamente composto por uma elite letrada, muitas mulheres, inclusive de classes sociais médias, necessitaram estender seu trabalho para o magistério, uma profissão por muito tempo considerada análoga à maternidade.

Como apontado, Francisca Senhorinha da Mota Diniz é outro nome importante que questionou o *satus quo* estabelecido na condição de mulheres com características similares as suas: brancas, instruídas e com redes intelectuais estabelecidas. Mineira, nascida em São João del Rei, em 1834, fruto da relação de Eduardo Gonçalves da Mota Ramos com Gertrudes Alves de Melo Ramos, desde pequena teve o incentivo ao estudo, o que refletiu em sua formação intelectual. Antes mesmo de se casar com José Joaquim Diniz, ela já trabalhava como professora, uma profissão que dividiu com o marido e com as filhas. A carreira jornalística da mineira esteve atrelada a sua profissão como professora. Nas páginas de seus jornais figuraram os mais diversos temas, mas, não há dúvidas, de que o debate em defesa da educação feminina foi o aquele elegido para maior destaque. Francisca Senhorinha sabia das dificuldades para ser uma mulher intelectual naquele contexto, afinal experienciava por si própria as labutas desse universo masculino, junto a outros relatos de suas companheiras de ofício, e escreveu sobre isso ao apontar que “os pessimistas e retrógrados que diariamente não cessam em atirar grosseiros motejos sobre as mulheres, pondo em dúvida sua capacidade intelectual para escreverem” (O SEXO FEMININO, 1873, ed.7, p. 3). Assim como Anna Rosa Termacsics, a jornalista empreendeu uma escrita em defesa do trabalho intelectual das mulheres.

As publicações de cunho reivindicatório permaneceram na agenda da folha, que trouxe textos enfáticos em defesa da profissionalização das mulheres, já que era “tempo de reparardes a injustiça que nos haveis feito, conservando-nos trancadas todas as portas do ensino superior” (O SEXO FEMININO, 1875, ed. 1, p. 2). Segundo Senhorinha, esse assunto era tema em diversos jornais mundo afora, o que a dava esperanças quanto ao futuro das brasileiras. Na verdade, a emancipação feminina foi o principal motivo que levou essas intelectuais a empreenderem negócios, uma forma de fazer com que suas vozes

ecoassem no espaço público e alcançasse mais adeptas a causa, em um incipiente feminismo.

Ao longo do XIX é muito difícil conseguirmos separar a profissão dessas mulheres, das quais a grande maioria exerceu um trânsito constante, seja no magistério, nas redações de jornais, tipografias, na produção e tradução de obras, poesias, crônicas, materiais didáticos e afins. Como escritoras, intelectuais e jornalistas, poucas obtiveram reconhecimento por suas produções. Ainda hoje o cânone permanece masculino, sendo seus nomes aos poucos resgatados por pesquisadoras vinculadas ao campo das epistemologias feministas. O que é possível afirmarmos é que, o universo de trabalho das professoras, esteve fortemente relacionado às pautas reivindicatórias por direitos que surgiam, paulatinamente, no espaço público do Oitocentos. Anna Rosa e Senhorinha, ao lado dos tantos outros nomes citados até aqui, foram, antes de tudo, professoras, e tinham orgulho desse trabalho, mas almejavam muito mais. Aquelas que conseguiram publicar seus textos, ainda que em número minoritários, colocaram muitas vozes insatisfeitas em circulação, que não tinham as mesmas oportunidades e condições simbólicas e materiais de dedicarem parte de seus dias a escrita.

Conclusão

There are hundreds of young women now in this city-more than 50 have made personal application to me-who stand ready to learn the trade; women who are stitching with their needles at starving prices because that is the only work they know how to do.... Give us the means and we will soon give you competent women compositors. (1869, apud BIGGS, 1980, p. 446)²

Susan B. Anthony, jornalista e professora americana importante nos debates sobre emancipação, na ocasião redatora do periódico *The Revolution*, trouxe a público, em 1869, a proposta de criação de uma escola com aprendizados tipográficos direcionada para o sexo feminino. De acordo com suas palavras, introduzidas ao início desse epílogo, as mulheres foram relegadas às agulhas, pois esse ofício era considerado o único que sabiam executar, um equívoco como resultado da falta de profissionalização. No Brasil, nesse mesmo período, sabemos que os mundos do trabalho no âmbito profissional também não eram abertos às mulheres, restando-lhes abertamente apenas a atuação na instrução pública, muitas das quais lecionaram os aprendizados de agulha apontados por Anthony, como trata o caso de Anna Rufino Vasconcelos, viúva de classe popular apresentada anteriormente.

O acesso de mulheres no universo profissional foi um processo gradual e lento, que tem suas raízes em meados do XIX. Na circunstância, as mulheres lutavam pelo direito a educação, e mesmo aquelas que se destacaram, “fizeram-no a um custo enorme e com muita dificuldade” (LERNER, 2019, p. 274). O trabalho no magistério passou a contar com mulheres diversas, de várias classes sociais, que viram na abertura das Escolas Normais uma oportunidade, uma das poucas criadas com o intuito de profissionalização de um ofício. Por sua vez, o universo intelectual e suas ramificações, entendido aqui como o trabalho em

² Tradução nossa: “Há centenas de mulheres novas agora nesta cidade - mais de 50 fizeram a aplicação pessoal a mim - que estão prontas para aprender o comércio; as mulheres que cosem com suas agulhas em preços famintos porque aquele é o único trabalho que sabem fazer.... Dê-nos os meios e em breve lhe daremos compositoras mulheres competentes”.

jornais na escrita de textos, em seus mais diversos gêneros, e as produções literárias individuais, diligenciando o que chamamos de “viver das penas”, com remuneração adequada, era uma utopia distante, e permaneceu até proximamente 1950, quando, por exemplo, Simone de Beauvoir conseguiu se destacar mundialmente (KIRKPATRICK, 2020). No Brasil, Julia Lopes de Almeida foi uma das poucas que conseguiu notabilidade ao viver de suas produções no início do século XX, e ainda assim por muito tempo foi vista pelas sombras de seu marido Filinto de Almeida, sendo uma das idealizadoras da Academia Brasileira de Letras (1897), porém excluída como membra fundadora unicamente por conta do gênero.

Esse trânsito realizado por muitas mulheres, até mesmo a própria Beauvoir desempenhou em parte, de suas casas até as salas de aulas, ou redações de jornais, impossibilitou uma dedicação exclusiva ao trabalho intelectual da escrita para muitas, que podiam até ter em mente a ambição intelectual, só não tinham condições adequadas. Como disse em 1928 Virgínia Woolf, “a liberdade intelectual depende de coisas materiais” (WOOLF, 2014, p. 151). Em suma, um espaço não mais que suficiente para si e remuneração necessária. As condições materiais fundamentais, apontadas por Woolf, não eram privilégio para muitas brasileiras, das quais a grande maioria abandonou suas penas e papeis nas prateleiras de suas casas, deixando seus artefatos esquecidos em meio a poeira para trabalharem como professoras e conseguirem recursos financeiros adequados a subsistência.

Falar em divisão sexual do trabalho ainda hoje é tocar no que vem sendo definido historicamente como competência e lugar feminino. De acordo com Flávia Biroli: “[...] a divisão sexual do trabalho é um lócus importante da produção do gênero. O fato de ela não incidir igualmente sobre todas as mulheres implica que a produção do gênero que assim se dá é racializada e atende a uma dinâmica de classe” (BIROLI, 2018, p. 23). As diversas professoras, sejam elas brasileiras ou estrangeiras, apontadas no decorrer desse texto, carregam particularidades em suas trajetórias, cada qual vivenciando uma labuta específica no que se refere as desigualdades de gênero. Anna Rosa Termacsics, Madame Poucel, Madame Monnier, Madame Hoffman, Ana Rufino, as anônimas dos anúncios e Francisca Senhorinha são apenas alguns exemplos da infinidade de mulheres presentes nas fontes, cujas experiências refletem um cotidiano permeado de percalços e ambições. Nem todas foram escritoras assíduas, publicaram suas produções em momentos específicos da vida, e Senhorinha foi aquela que mais se destacou. Todas elas podem ser qualificadas como intelectuais, tendo em vista a erudição que demonstravam ter, lecionando distintas matérias, até mesmo política, aritmética e filosofia. O que faltou foi valorização e espaços igualitários para que pudessem exercer suas aptidões, o que o patriarcado impossibilitou.

Os impressos, obras e jornais, despontam como fontes de suma importância para análise histórica, permitindo-nos construir narrativas em consonância com outros tipos documentais, como trata o caso da série da Instrução Pública, que conta com requerimentos, petições, cartas, avisos e mapas escolares de professoras, localizada no acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Esse trabalho, tipicamente de historiadoras/es sociais, requer “a necessidade de uma cuidadosa operação exegética para decifrar e decodificar os seus termos” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 13) nas fontes analisadas, desvendando histórias por muito tempo silenciadas em papéis perdidos em arquivos espalhados pelo país, reflexo de uma historiografia masculina e hegemônica que privilegiou por muito tempo qual História deveria ser contada.

Fontes

Almanak Laemmert. Rio de Janeiro. Tipografia Universal de Laemmert. 1850-1886.

SANTOS, Anna Rosa Termacsics. *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*. Brasília: Edições Câmara, 2022.

Correio Mercantil, Instructivo, Político e Universal. Rio de Janeiro. Tipografia do Correio Mercantil DEF. J. Dos Santos Rodrigues & Cia. 1850-1869.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. Tipografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e Comp. 1850-1886.

O Sexo Feminino. Campanha/Rio de Janeiro. 1873-1890 (breve interrupções). Disponível em:

Ofícios, requerimentos, petições, portarias, avisos enviados a Câmara Municipal por colégios particulares (1856-1859) relacionado à Instrução Pública AGCRJ. Séries 12.3.38 e 12.4.2. *Consulta in loco*.

Referências

ALVARADO, Lourdes. La prensa como alternativa educativa para las mujeres de principios del siglo XIX. In: *Familia y educación en Iberoamérica*: Colegio de Mexico, 1999.

ARAGÃO, Solange de. *Ensaio sobre a casa brasileira no século XIX*. [Livro eletrônico] São Paulo: Blucher, 2017.

BARBOSA, Everton Vieira. *Páginas de sociabilidade feminina: sensibilidade musical no Rio de Janeiro oitocentista*. Dissertação (Mestrado em Letras). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2016.

BIGGS, Mary. Neither printer's wife nor window: American women in typesetting, 1830-1950. *The Library Quarterly: Information, Community, Policy*, vol. 50, n. 4, p. 431-452, 1980.

BORGES, Angélica. A fiscalização que mais se deseja: a inspeção do ensino na Capital do Império Brasileiro. *Revista Linhas*. Florianópolis, v.18, n. 36, p. 09-40, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980, *Caderno AEL: Trabalhadores, leis e direitos*, Unicamp; IFCH; AEL, v. 14, n. 26, p. 15-47, 2009.

CHALHOUN, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). Apresentação. *História em cousas miúdas: capítulos de História Social da crônica no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005.

DARTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

- DUARTE, Constância L. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 25-47.
- GONDRA, José Gonçalves & TAVARES, Pedro Paulo Hausmann. A Instrução Reformada: Ações de Couto Ferraz nas Províncias do Espírito Santo, Rio de Janeiro e na Corte Imperial (1848-1854). *III Congresso da SBHE*. Curitiba, 2004.
- GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- HOFFMAN, Nicole Tonkovich. Sarah Josepha Hale (1788-1874). *Legacy*, vol. 7, n. 2, p. 47-55, 1990.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: O Brasil Monárquico. Volumes 2 e 4. São Paulo: Difel, 1978.
- HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16. Brasília, p. 193-210, 2015.
- KIRKPATRICK, Kate. *Simone de Beauvoir: uma vida*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2020.
- LERNER, Gerda. *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Editora Cultrix, 2019.
- LERNER, Gerda. Placing Women in History: Definitions and Challenges. *Feminist Studies, Autumn*, vol. 3, n. 1/2, p. 5-14, 1975.
- LIMEIRA, Aline de Moraes; SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Ensino particular e controle estatal: a reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na corte imperial. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 32, p. 48-64, 2008.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 443-481.
- MAIA, Ludmila de Souza. *Viajantes de saias: gênero, literatura e viagem em Adèle Toussaint Samson e Nísia Floresta*. Tese (Doutorado em História). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2016.
- MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, n. 24, p. 201-248, 2014.
- PASTERNAK, Nora. El periodismo femenino en el siglo XIX: Violetas del Anáhuac. In: *Mujer y literatura mexicana y chicana*. Colegio de Mexico, 1990.
- PEDRO, Joana Maria; SOUZA, Beatriz Alves. Trajetória das mulheres brasileiras na carreira das letras: ensaio bibliográfico a partir de autores contemporâneos. *Caderno Espaço Feminino*. Uberlândia, vol. 25, n. 1, p. 79-95, 2012.
- PEÑA, Ana Lidia García. Madres solteras, pobres y abandonadas: ciudad de México, siglo XIX. *História Mexicana*, vol. 53, n. 3, p. 647-692, 2004.
- PERROT, Michele. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

POPINIGS, Fabiane, SCHETTINI, Cristiana. Apresentação Dossiê Perspectivas de gênero no mundo do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 1, n. 2, p. 05-12, 2009.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Mirian (orgs.). *Masculino, feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 25-37, 1998.

RIBEIRO, Cristiane de Paula. “A vida caseira é a sepultura dos talentos”: gênero e participação política nos escritos de Anna Rosa Termacsics dos Santos (1850-1886). Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2019.

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra. Frota Martinez de. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). *Revista História e Historiografia da Educação*, Curitiba, vol. 2, n. 4, p. 122-146, p. 2018.

SCHUELER, Alessandra Frota M. de. Professoras primárias na cidade do Rio de Janeiro. Notas sobre a feminização da docência. *Revista Rio de Janeiro*, n. 13-14, p. 29-47, 2004.

SMITH, Bonnie. *Gênero e História: homens, mulheres e prática histórica*. São Paulo: EDUSC, 2003.

SOUZA, Natália Lopes. A experiência editorial de Maria Firmina dos Reis no periódico O Jardim das Maranhenses. *Revista Aedos*, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 424-452, 2020

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A casa e os seus mestres. *A educação no Brasil de Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

WOOLF, Virgínia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

Notas de autoria

Cristiane de Paula Ribeiro é doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Pesquisadora Associada do Núcleo de História Social da Política (NEHSP/UFJF), na linha de pesquisa “Mulheres e a escrita da História: artes, letras e trabalho” e do Grupo de Pesquisa Gênero e História (GRUPEG/USP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e atualmente leciona como professora substituta no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG). E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

RIBEIRO, Cristiane de Paula. “O trabalho da mulher é barato pela grande abundância que existe”: intelectuais e professoras na labuta cotidiana de seus ofícios (Rio de Janeiro, século XIX). *Sæculum – Revista de História*, v. 27, n. 46, p. 45-65, 2022.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY 4.0](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 14/07/2021.

Modificações solicitadas em 17/04/2022.

Aprovado em 11/05/2022.